| Data: | **17 de outubro de 2024** |
| --- | --- |
| Local: | Windsor Guanabara Hotel - Centro, Rio de Janeiro-RJ |
| Sala: | Plenária |
| Grupo de Trabalho (GT): | 1. Teresa de Benguela |
| Horário de início: | 08h53 |
| Horário de término: | 12h26 |
| Quantidade de presentes: | 21 pessoas + técnicos |
| Nomes: | Natália Belém e Frieda Foit |

**Dinâmica 1**

**Gabriella Mendes** começou o debate do dia apresentando em voz alta as novas perguntas disparadoras que estão projetadas no telão. A dinâmica consistirá em responder a essas seis questões, respeitando a mesma metodologia de escrita nos papéis post-it, como foi realizado no dia anterior. A fala ao microfone deve ter, no máximo, 3 minutos por participante.

1. Quais públicos o observatório deve considerar em diálogo com o princípio da equidade?
2. Quais temas o observatório deve considerar em diálogo com o princípio da equidade?
3. Com que frequência o observatório deve atualizar suas informações?
4. Como o observatório pode ser inclusivo, considerando acessibilidade, letramento digital ou falta de acesso à internet?
5. Quais interlocutores são importantes para o observatório?
6. Quais interlocutores o observatório deve ter cautela ao interagir (parcerias e financiamento)?

Quais públicos o observatório deve considerar em diálogo com o princípio da equidade?

**Roseane** começou o círculo de debate expondo que o maior público que o observatório deve considerar para o diálogo é principalmente composto por movimentos sociais, de mulheres e pessoas negras. Acrescentou que é essencial que os gestores também estejam incluídos no debate, pois são um público-alvo interessante, na sua maioria, por serem pessoas brancas. Ela relata que, em sua experiência, quando consegue uma reunião, ou atende a uma ligação ou responde a um e-mail, muitas vezes os gestores não prestam total atenção ao que é dito pelo movimento social. Sugeriu que os gestores estejam realmente presentes, ouvindo até o final o que o observatório percebeu, colheu de dados, fez análise crítica e decolonial e repassou para eles. Considera que os trabalhadores da saúde também precisam estar presentes. Pessoas que atuam na parte administrativa, de acolhimento, portaria e higiene, que fazem parte do processo que inclui as instituições provedoras de saúde, devem colaborar com todo o trabalho contra o racismo. Se uma pessoa preta em situação de rua chega malcheirosa e malvestida e o trabalhador que está na porta não a deixa entrar, então esse trabalhador não está colaborando com o que está sendo discutido neste encontro. Não é apenas o profissional da saúde, mas também o trabalhador da saúde que precisa ter acesso a esses dados, que devem ser repassados de forma diferente. Eles devem ser convocados para o diálogo, pois fazem parte do processo de saúde-doença da pessoa que procura as instituições. A informação precisa circular através de mídias e em todas as instâncias e lugares. Será necessário também um canal específico. As informações do observatório devem chegar, comunicar e fornecer os dados que estão sendo coletados.

**Elaine Soares** se desculpa e diz que ficou confusa com a fala da Roseane, pois os observatórios são pontos focais onde as instituições se apoiarão para pensar e projetar suas políticas.

**Roseane** respondeu que, na discussão do dia anterior, os presentes haviam dividido a perspectiva do que o observatório é, e a conclusão foi de que não seria apenas um portal de informação. O observatório exige, pela temática, que seja um local de diálogo. Foi mencionado também que, em uma discussão em grupo, se tratou sobre informações acadêmicas, geração e divulgação de dados, e que para essas temáticas o observatório precisa de um momento de reflexão. Não se está comparando esse observatório com outros. Se apenas gerar informações, as pessoas não se aproximarão. Com a população negra, é necessário ser insistente para realizar um movimento.

**Belmira**, assistente social, narrou um fato que lhe ocorreu no passado: em uma das capacitações que recebeu do Estado, uma colega disse que a política nacional de “equidade” é uma política preconceituosa. Belmira ficou muito chateada com essa resposta. Ela questionou a colega se sabia o que realmente significava a palavra “equidade”. A colega não soube responder. Quando se coloca à mesa a questão do diálogo com essa população, é preciso enfatizar bastante o princípio da equidade e o respeito. Se não se conhece o que significa essa palavra no âmbito da saúde, é porque essa pessoa não conhece o SUS. Essa conversa deixou Belmira muito triste.

**Carlos** expressa que falará brevemente. Primeiro, responderá que, para garantir a equidade, é preciso começar por aqueles que estão mais à margem: o povo negro mais excluído, como quilombolas, pessoal de terreiros e mulheres negras. É importante ter essa descrição de sujeitos, pois é lá que se deve produzir dados e análises. Ele menciona que tem duas preocupações. A primeira é que o observatório, por favor e amor à causa, não seja apenas um repositório. Isso é importante, mas não deve ser o único papel dele. O ministério não possui a sensibilidade de observar o espaço de olhares, vozes e visões. Não é possível observar sem escutar e sem falar. Ele deseja que o observatório se baseie em escutar, falar e observar. Por último, acrescenta que o observatório deve ter olhos, ouvidos e boca.

**Elaine** retorna à fala, afirmando que, quando se pensa na criação de outra estrutura, é necessário considerar recursos e capital para gerar e manter isso. Atualmente, já não existem recursos abundantes para que seja possível manter e avançar na ajuda à população negra. Essa criação demanda equipe e pessoas, e não é tão simples. “Fui gestora em Porto Alegre durante dez anos e hoje estou na coordenação de apoio estratégico. As pessoas têm sonhos, querem, e não é apenas pensar na criação de uma estrutura sem considerar quais recursos podem vir para isso. Os recursos para a saúde da população negra já são escassos. Demanda muita responsabilidade a criação de uma nova estrutura, além do que talvez hoje se apresenta como capacidade. Acho necessário também responsabilizar quem é realmente responsável por implementar uma política de saúde”, manifesta.

**Carlos** novamente toma a palavra. Concorda com a fala de Elaine, mas acredita que há algo mais sério para ser discutido. Um observatório pode ser muito mais do que isso. Destaca a necessidade de dar ao observatório o nome que corresponda: plataforma, se for plataforma; repositório, se for repositório, e assim por diante. Ele pede desculpas pela comparação, mas entende a colocação de Elaine, pois já foi gestor e sabe como é a exigência da posição. Se há algo que os pobres e negros enfrentam é a dificuldade de acesso e a ausência de recursos. Não se pode mais legitimar isso. Todas as outras áreas recebem investimentos consideráveis. Este é um debate que precisa ser feito. Não concorda com a aceitação da escassez de recursos.

**Gabriella Mendes** comunica novamente que hoje há seis questões para serem respondidas, pois nem todos os convidados estavam presentes no início do dia. Eles estão chegando aos poucos ao círculo de debate. Comenta que as perguntas da tarde são cinco, pede objetividade nas respostas e reforça a delimitação de tempo de fala para três minutos. Informa que, ao final do dia, haverá uma breve apresentação sobre o painel de monitoramento. Abrirá mais uma fala e encerrará o bloco para dar início ao intervalo com café da manhã.

**André** dá bom dia a todas, todos e todes. Conta que chegou atrasado e que ainda não há definição sobre o que será o observatório. Isso está dentro da programação e do objetivo do seminário, que é a construção do marco conceitual. A responsabilidade do seminário é que as pessoas reflitam, tragam suas opiniões e experiências, mas também é necessário entender que há limites tecnológicos para a gestão do projeto. Neste momento, não se pode deixar de trazer à roda o que se considera importante. O que a coordenação do projeto fará com isso é um outro processo. “Já tivemos algumas experiências de observatório e precisamos trabalhar para fazer melhor, senão não faria sentido a luta e toda a resistência do movimento negro e de todos que estão aqui há tantos anos nessa batalha”, confessa. Com as experiências, vêm também os aprendizados. Esse observatório precisa dialogar com o povo. Não necessariamente está ligado à academia e aos dados, pois pode ser muito mais. Deve registrar eventos de movimentos sociais, experiências e uma série de outras coisas, e, por isso, também pode servir para contar as histórias dessa política. Convida os presentes a terem ambição. Sugere que busquem recursos dentro e fora do Brasil para manter esse sonho em pé, mesmo que a gestão governamental mude. “Temos uma grande dificuldade porque temos uma formação que não se limita ao profissionalismo. Desde o início, nossas escolas nos ensinam a construir uma forma de olhar para o mundo. Quando saímos da faculdade e nos deparamos com as legislações, não sabemos como agir. A faculdade não prepara e continua ignorando a existência da lei antirracista, nem a pós-graduação faz esse trabalho. O observatório não vai resolver tudo, mas é possível pensar em um observatório que traga algumas ferramentas, dicas, manuais e experiências que oxigenem e façam as pessoas refletirem e até mesmo provoquem a construção de outras. É preciso dialogar com gestores, trabalhadores, pesquisadores, estudantes e lideranças populares. Quais são os direitos implicados na política? Como cobrar isso dentro do conselho? A população negra não é homogênea; é muito diversificada. Há duas categorias que costumam ser esquecidas dentro dessa população: os idosos e a comunidade LGBTQIA+”, expressa.

**Sarah** toma a palavra e afirma que deseja construir coletivamente. O que está sendo trazido aqui fomenta o diálogo. Não está dentro das intenções do encontro a construção a partir do que já se conhece, conforme dado pela literatura. Comenta que as construções individuais e coletivas são o que verdadeiramente resultarão na potência do observatório e suas ações. Ela ressalta que as pessoas com deficiência são um público frequentemente esquecido. Sua contribuição coletiva foi muito pertinente. O que já é sabido já existe na literatura. Os convidados estão aqui para compartilhar suas próprias experiências na construção do marco conceitual do observatório.

**Diana** dá bom dia a todos, todas e todes. Realiza uma colocação “super-rápida”, pedindo desculpas caso os convidados já tenham feito o mesmo antes (referindo-se ao seu atraso). Segue a mesma linha do André. Além das pessoas com deficiência mencionadas por Sarah, é necessário incluir a juventude. É um diálogo com a própria juventude, as pessoas encarceradas e as pessoas em situação de rua. É importante que essas vozes sejam inseridas nas discussões do observatório, partindo do princípio da equidade. As pessoas que trabalham, especialmente em postos mais invisibilizados (serviços gerais, segurança, recepção), são, na sua maioria, negras. É extremamente necessário conversar dentro desse contexto.

**Anthony** acrescenta que vem de Manaus e testemunhou a migração de pessoas da capital para o interior. A população negra também existe nas comunidades indígenas, quilombolas, etc., e a migração que ocorre pela tríplice fronteira. Gostaria de incluir essas populações no diálogo. Não podemos esquecer a especificidade do estado do Amazonas.

**Francyne** corrobora as falas dos colegas e concorda que o observatório deve incluir diversos públicos em suas demandas, considerando a diversidade da população negra. Como gestora de políticas no comitê estadual, observa a autonomia dos municípios que precisam estar em contato direto com os dados apresentados no observatório. “Temos um recurso estadual que é repassado para os municípios, destinado às comunidades quilombolas, mas, infelizmente, os gestores não querem lidar com essas populações. Esse observatório, além de ser um repositório de dados, deveria também servir para fomentar a conversa entre as comissões de gestores bipartites, com os Estados e os municípios, para a implementação das políticas (especialmente nos municípios)”, comenta. Ela chama a atenção para a importância de induzir a política ao diálogo, sempre partindo do princípio da equidade. A produção da saúde ocorre nos municípios.

**Thais** pede que o painel de monitoramento da implementação da política atual seja projetado no telão de fundo. Ela tem dados sobre 2.727 municípios. No entanto, deseja mais. Pede aos presentes que se engajem com os representantes dos estados onde pertencem para ampliar os dados quantitativos. Em função disso, foi conseguida uma prorrogação do prazo até o dia 31 de outubro de 2024. Oferece o link do grupo de WhatsApp. Agradece.

O grupo pergunta como manejar essa ferramenta, se há filtros, dados percentuais, quantidades, etc., em relação ao design e aos layouts. Os estados em azul são os que têm maior índice de resposta. Thais conta que os dados são atualizados diariamente.

**Gabriella Mendes** convida o grupo a passar para a segunda pergunta, relembrando aqueles que chegaram atrasados que hoje serão seis perguntas pela manhã e mais cinco pela tarde. Faz um apelo à síntese nas respostas para não ultrapassar os 3 minutos por fala.

Quais temas o observatório deve considerar em diálogo com o princípio da equidade?

Gabriella Mendes verifica se todos estão com papel post-it e pergunta quem deseja começar o debate.

**Milena**, de Porto Alegre, conta que chegou atrasada e não participou desde o início do debate, mas expressa que um tema muito importante pode ser a justiça reprodutiva para todes. A justiça reprodutiva tem três pilares: a vida da população negra, a decisão das mulheres ou pessoas que gestam (e, caso não gestem, o planejamento e o aborto legal) e a qualidade de poder criar essas crianças em comunidades seguras, sem serem ameaçadas ou mortas pelo Estado. O conceito de saúde, para ela, está indissociavelmente atrelado à justiça reprodutiva. Se houver alimentação adequada, saneamento, segurança, transporte e um posto médico próximo e minimamente funcional, haverá justiça reprodutiva. Isso evita as injustiças reprodutivas, que são tantas e que vemos nos jornais no cotidiano. Esse tema deve ser considerado no observatório.

**Roseane** vai falar apenas sobre um dos itens que anotou no post-it. Ela menciona que o racismo, embora pareça óbvio, precisa ser abordado de forma recorrente na população. “Por raça se come.” As pessoas se perdem e não conseguem se identificar como negras porque, pela construção do imaginário popular criado pelos brancos, ser negro é sinônimo de algo ruim. “Tive uma experiência de diálogo com uma pesquisadora que falava de racismo com sua família. Ela não era ‘preta’ (nem preguiçosa, nem malvestida etc.). Quando trabalhamos com dados desagregados por raça/cor, as pessoas precisam se identificar como negras para discutir o racismo em geral.”

**André** considera importante falar sobre a justiça reprodutiva, apesar de seus problemas. Não é algo automático ou simples; é complexo. Precisamos analisar vivências, existências, corpos, identidades. É fundamental pensar em como incluir a todos. A segurança alimentar também é uma das maiores violências contra o povo negro no Brasil, especialmente em relação às religiões de matriz africana e povos tradicionais, pois muitos lugares ainda simplificam o que isso representa, designando apenas como religião. Há uma série de aspectos no modo de vida dessas pessoas que as fazem ser consideradas povos. Cultura e tradição também não podem ser ignoradas. Não podemos pensar em saúde sem considerar essas duas últimas questões. A crise climática impacta diretamente e, principalmente, as populações negras e comunidades tradicionais, que vivem em áreas de risco, como deslizamentos e alagamentos. Os assuntos referentes às leis do trabalho também são relevantes. A precarização do trabalho impacta o mundo da terceirização e, consequentemente, a saúde das populações negras. A geração de renda, a oportunidade de trabalho e a felicidade, além da diversidade, são essenciais. Comenta empaticamente o que entende como “felicidade”. Isso é um valor que todos almejam e que nunca deve ser deixado de lado na discussão sobre diversidade, que é um valor super importante para a saúde. Todo grupo possui muita diversidade. A saúde precisa ser entendida também através da diversidade.

**Francyne** menciona que são muitos os temas e conceitos que precisam ser incluídos na discussão sobre o observatório. Há uma variedade de conceitos que incidem na construção da saúde. Com as visitas recorrentes aos municípios, percebe-se um desconhecimento teórico; os gestores e profissionais também demonstram falta de conhecimento na hora de aplicar boas práticas. “Quais estratégias diferentes podem ser adotadas para mudar os cenários? A gente não está reinventando a roda. Ela já existe, só precisa girar”, reflete.

**Carlos** sugere que primeiro é necessário discutir o conceito de “equidade” para depois abordar a participação popular negra na saúde. Ele concorda com André sobre a longevidade das vidas negras, mas também é importante trazer à tona a saúde dos homens e das mulheres jovens negras. Os homens precisam cuidar das masculinidades negras, incluindo a homossexualidade. Concorda com André sobre a importância de mapear as experiências, práticas e cuidados das populações negras que ocorrem nos terreiros e nos quilombos. Há muito a aprender com eles.

**Gabriella Mendes** convida os participantes a passarem para a terceira pergunta.

Com que frequência o observatório deve atualizar suas informações?

Há um breve debate no grupo a respeito da pergunta realizada. Eles conversam entre si fora do microfone. André segura o microfone e é o primeiro a falar. Comunica que tudo depende das informações em questão. Se forem apenas dados agregados, como raça/cor, com menos de um ano não será possível atualizar. No entanto, informações como portarias, novos programas, cadastros de equipe, experiências formativas e materiais pedagógicos podem ser atualizadas conforme surgem. Depende muito do tipo de informação. Pode-se tentar responder separando um pouco.

**Diana** concorda com André, afirmando que a frequência das atualizações depende do que é o observatório e quais informações serão possíveis reunir para pensar de fato nessa frequência.

**Francyne** expressa que ainda não se sabe como o observatório será organizado e qual conteúdo terá. Em relação aos dados epidemiológicos, serão necessários para mitigar os danos. Para observar a mortalidade materna, por exemplo, será necessário um ano para pensar em prazos de alimentação dessas informações. Os prazos dependem do tipo de informação.

**Carlos** concorda com André e Diana, mas considera que, além da modelagem, é preciso pensar sobre a estrutura das capacidades humanas, como a quantidade de pessoas e especialistas que atuarão na movimentação e dinâmica desse observatório. É necessário amadurecer essa questão.

**André** tem uma proposta: os dados epidemiológicos devem ser atualizados anualmente. É uma proposta, não uma imposição. Quem trabalha na vigilância sabe que existe um prazo para fechar esses dados. Outros materiais, como notícias, programas e informações diversas, podem ser atualizados mensalmente. Mais de trinta dias acaba resultando em informações desatualizadas.

**Marcus Vinicius** dá bom dia e sugere um planejamento semestral, embora seja uma proposta ainda muito vaga nesta instância de conversa. Ele menciona quais atividades serão realizadas naquele semestre, pois o observatório não apenas observa, mas também congrega informações, repositórios e materiais. Esse planejamento semestral permite a realização de outros tipos de produções, não apenas científicas e acadêmicas, mas também sobre movimentos sociais.

**Adauto** retoma a fala sobre monitoramento e avaliação e propõe um ajuste na proposta de André sobre os dados epidemiológicos. Pensando na perspectiva de avaliação, um ano é um tempo prudente; porém, na perspectiva de monitoramento, ele pode ser mensal, com uma frequência maior.

**Pai Celso** se incomoda com a dimensão da boca do leão. Faz referência ao fato de que, antes de jogar no Candomblé, é necessário fazer uma limpeza física para acessar um tratamento espiritual mais específico. Partindo dessa prática, ele se questiona se o que se está discutindo é, de fato, um observatório ou uma materialização dos anseios da população negra como coletivo. Isso tem uma razão de ser e ele a considera legítima. “Estamos falando de apenas um observatório. Importante, grandioso, participativo, intersetorial, democrático, bonito, cheiroso, forte, robusto, resistente, que segue a força do galo cantando durante o dia e que avança com a força do bode de lá para cá. Mas é um observatório. Tem que olhar para a nossa necessidade de ver a política nacional de saúde integral da população preta na prática e, com isso, retomar a ideia original de que o observatório vai nos alavancar para alcançar todas essas coisas, a não ser que eu esteja muito equivocado. Esse observatório já me ajudaria muito a subsidiar a gestão profissional para a tomada de decisões coletivas. Um espaço tripartite, como, por exemplo, o Conselho de Saúde, e não traz o campo das responsabilidades. Enfim, estou aflito”, desabafa.

**Marly** brinca e pergunta se ele está aflito, que imagine ela. Risos. Ela se sente aflita, mas certa de que está no caminho certo, porque, acima de tudo, todos querem um filho bonito e que esteja bem, respondendo ao que as pessoas precisam. Esse momento não é apenas para definir esse observatório. Ele traz à tona nossas preocupações e desafios atuais, para além do observatório. Não há como se reunir para responder a essas questões e oferecer aquilo que falta na implementação da política. Se conseguir subsidiar, é necessário fazer algo muito importante que ninguém está fazendo ainda. Ela traz à luz a ideia de um observatório vivo. É preciso ter um olhar crítico para perceber o que sim e o que não. Se for para ser mais do mesmo, não há por que fazê-lo. Deve-se fazer algo que traga diferença. As prioridades e o que é necessário devem ser trazidos à tona. “Olha quanta coisa aparece e quão importante é elegermos as prioridades. O observatório precisa amadurecer em sua forma de atuação, e isso é o que entendo como um observatório vivo. Toda essa discussão, para mim, apenas amplia nossa agenda enquanto seres sociais. Essa discussão não é banal; é riquíssima para nos indicar o que deve estar em nossa agenda para podermos avançar dentro da política”, menciona.

**Cintia** considera muito potente a fala do Pai Celso e da Prof. Marli. Reflete sobre a necessidade de "desembranquecer" e voltar às origens para fazer diferente. Dentro das questões mais técnicas, acredita que não se pode perder isso de vista. É a potência que está dentro de cada um. Ressalta a importância das falas de Pai Celso e Marly.

**Roseane** agradece as intervenções e relembra que, no início do debate, estavam em um impasse. Fala também sobre o que foi debatido ontem e ressalta a volta à temática do observatório vivo. Diz que o país nega o racismo e que a sociedade estigmatiza o que é ser negro. Essas intervenções são reais. Quem tem essa opinião também tem a caneta; está na gestão. O observatório precisa ter um movimento diferente para fazer o assunto ser debatido e gerar ações a partir disso.

**Gabriella Mendes** pergunta se mais alguém deseja se manifestar sobre esse tópico. Avisa que o recesso para o café da manhã está previsto para 10h30, ou seja, em nove minutos. Ela decide passar à próxima pergunta, propondo que o debate comece e que, quando o tempo do coffee break chegar, a atividade seja interrompida e, em seguida, as novas colocações sejam retomadas.

Como o observatório pode ser inclusivo, considerando acessibilidade, letramento digital e falta de acesso à internet?

**Luana** responde trazendo a experiência que teve em um município. Estão em processo de construção do ambulatório da população com albinismo. Os usuários foram convocados para colaborar nesse processo. É necessário incluir os usuários na discussão da acessibilidade para determinar como essas informações serão repassadas.

**Roseane** reflete que sua opinião é bem complexa. Ela pensou em boletins impressos para regiões mais afastadas ou sem acesso a tecnologias. Sugeriu o uso de tablets, onde se pode baixar informações e disponibilizá-las em lugares importantes, como escolas, ou mesmo totens de informação em locais com acesso à internet. Ela considerou essas possibilidades porque, em algumas áreas, o acesso à energia elétrica também é difícil.

**Anthony** dá bom dia e conta que realizou um workshop no Amazonas, que foi transmitido para vários municípios, visando avançar nas políticas. Reconhece a dificuldade de levar o conteúdo aos 62 municípios do estado.

**Milena** comenta que, focando na falta de acesso à internet, sugere retomar a ideia de rádios comunitárias, nos postos de saúde e nas escolas. É preciso estar presente nas escolas e também fazer algo na linguagem das crianças e dos jovens. Não é necessário reinventar a roda; antigamente, as pessoas viviam sem internet. Muitas ainda não têm acesso à internet. Ela menciona rádios comunitárias, circulares impressas, cartilhas e outras opções.

**Diana** sugere um podcast, como o já existente “Saúde Coletiva”, que discute várias questões de saúde nas populações. Ela entende que essa seria uma forma de comunicação que não abrange todos os tipos de pessoas, mas ressalta que a própria plataforma foca em pessoas com deficiência, baixa visão, cegas, surdas e mudas. Propõe a utilização de vídeos com legendas e com Libras. Outra questão a considerar são os dados que realmente reflitam a realidade. O totem é interessante, mas nem todos têm habilidade para acessá-lo. Muitas imagens também são necessárias, especialmente para pessoas analfabetas. Ela também acredita que as rádios comunitárias são uma excelente opção e fazem muito sentido.

**Marcos Vinicius** afirma que estamos vivendo na era da infodemia. As informações só serão relevantes para as pessoas se elas as buscarem. É preciso atacar plataformas como TikTok, Instagram e outras redes sociais, utilizando diferentes formas de comunicação. Ele vem de um contexto onde o acesso às informações é bastante limitado. Além de pensar em questões gerais, é necessário saber quem são os mobilizadores que disseminam essa informação para a massa. Ele pergunta como essas discussões são levadas a outros espaços, como as escolas de samba, que sempre foram locais de denúncia, letramento racial e divulgação de experiências vividas pelas comunidades negras, mas que muitas vezes não souberam nomear. Considerando a falta de acesso à internet, ele enfatiza a necessidade de movimentos que atinjam as grandes massas e ressalta que precisamos massificar essa informação.

*Coffee-break de 10h30 até 11h39.*

*Volta às 11h40.*

Na volta, Francyne começa a falar e menciona Milena, que mencionou um bairro da periferia de Porto Alegre. Ela o descreve como um bairro preto e vulnerável. Lembra que o deslocamento entre esse bairro e outros locais é muito demorado, levando aproximadamente uma hora, se não houver trânsito. A publicidade em ônibus pode ser uma estratégia interessante, já que a maioria da população negra reside nas periferias, onde o deslocamento e o tempo perdido são significativos.

**Gabriella Mendes** pergunta se mais alguém tem alguma colocação.

**Sandra** diz que o observatório entende o processo da população negra. Ela ressalta que só ter um celular não significa estar na era digital. É preciso compreender que muitas pessoas são privilegiadas. O observatório deve ser contínuo e promover o letramento digital. Como se chega à era digital para aqueles que não têm acesso à informação digital?

**Roseane** esclarece o que disse mais cedo em relação ao totem, comparando-o a caixas eletrônicos e a telas fáceis e intuitivas.

**André** relata que em seu post-it anotou “áudio descrição” e “Libras”. Também mencionou que é possível dialogar e estabelecer parcerias com redes de comunicadores populares e grupos de pesquisa em comunicação. Na Fiocruz, existem projetos para a construção de jogos voltados à promoção da saúde entre adolescentes. Ele sugere a construção de um diálogo focado na população negra. Dentro da frente “Favela Brasil”, também há as rádios comunitárias, que podem traduzir o que está sendo transmitido no observatório, assim como podcasts, videocasts e uma série de outras opções que podem servir às pessoas com acesso. Também é importante definir qual será a abordagem da rede de comunicação, com convites a comunicadores não negros que tenham discursos antirracistas e enfoquem a saúde da população negra.

**Gabriella Mendes** convida a passar à próxima pergunta.

Quais interlocutores são importantes para o observatório?

**Pai Celso** inicia a roda de debate respondendo à quinta pergunta disparadora. Ele destaca a importância de fazer justiça aos conselhos de comunidades negras, ao conselho de jovens e às políticas para a juventude, além de mencionar os direitos da população LGBT, os fóruns de setores LGBT e todos os espaços institucionais de participação que dialogam com a saúde. No entanto, é fundamental lembrar que existem outros modelos de organização da sociedade. As favelas, por exemplo, não são institucionalizadas, mas desempenham um papel crucial nesse processo. Embora não tenham CNPJ, têm vida e são fundamentais nesse coletivo no país. Também é importante lembrar que, nas igrejas, há muitos negros, e não se pode esquecer que a maioria dos negros religiosos se encontra nesses locais. Não podemos seguir de forma fraturada por culpa do Estado. É necessário desenhar novos modelos de articulação e organização, pois há uma outra sociedade sendo construída lá fora, e estamos correndo atrás do que já existe e do pouco que sobrou, mas não dá mais para fazer isso sozinhos. Há pessoas na academia, o que é ótimo, mas também existem aqueles que discutem saúde, o SUS e proteção em outros ambientes.

**Milena** compartilha sua experiência na realidade de Porto Alegre, onde surgiram muitos coletivos nas comunidades durante a pandemia, como as cozinhas solidárias de mulheres. Esses espaços são poderosos. Eles já existiam e cresceram ainda mais como cozinhas solidárias. Milena trabalhou durante quase 10 anos e relembra o árduo trabalho de promoção da saúde. Os CRAS e CREAS são essenciais na interlocução. Os cursos para promotores da população negra formam não apenas colegas da saúde, mas também colegas de outras áreas da assistência. Após a formação, eles passam por um curso e vão para os comitês regionais dentro da cidade. A articulação e a construção de redes também são importantes. Embora a formação seja valiosa, ela não deve ocorrer apenas nesses espaços funcionais. Milena relaciona sua fala à de Pai Celso.

**Gabriella Mendes** pergunta se mais alguém tem algo a acrescentar.

**Sandra** expressa sua preocupação com a desarticulação dos ministérios. É necessário ter alguém para trabalhar em rede e de forma colaborativa. Essa rede precisa atuar em conjunto com os ministérios.

**Gabriella Mendes**, em seguida, apresenta a sexta e última pergunta.

Quais interlocutores o observatório deve ter cautela em interagir (parcerias e financiamento)?

Primeiramente, **Gabriella Mendes** reforça a importância da assinatura dos convidados na lista de presença. André comenta que almeja que o observatório estabeleça muitas parcerias. Ele ressalta que a pergunta é bem específica: a interação deve ocorrer com aqueles que possivelmente vão financiar, e é fundamental entender a responsabilidade e competência de cada lado nessa parceria. Não há inocentes nessa caminhada; todos colocam recursos e têm expectativa de algum retorno, mas é essencial que esse retorno seja mais coletivo do que individual, dialogando mais com a necessidade da população do que com a necessidade da gestão. É possível fazer esse contrabalanceamento onde todos saem ganhando, mas o objetivo principal deve ser o fortalecimento da política negra.

**Pai Celso** relembra que a participação das empresas como parceiras no processo é fundamental. Embora a empresa tenha um nome, é importante olhar para os comunicadores de forma mais abrangente, o que pode resultar em uma lista ainda maior do que a que está sendo construída. Ele se refere a veículos especializados, mas também a outros meios de comunicação. Cada um possui seus próprios canais e jornais, que podem parecer pequenos, mas são importantes para dar voz às denúncias e às situações que surgem no observatório, como, por exemplo, os dados de mortalidade materna. Se não puder contar com órgãos de imprensa aliados, talvez o país não escute sobre a mortalidade materna além da academia e da sociedade civil.

**Roseane** opina que a polícia é uma das causas do aborrecimento. Ela é violadora de direitos e exerce uma ação necropolítica, especialmente nas periferias onde reside a população negra. O diálogo é muito difícil, pois a polícia já tem uma construção racializada relacionada a seus torturadores. Roseane menciona a experiência no Rio de Janeiro, onde foi inaugurado um coletivo negro de enfermeiros, que ficou alocado nas mídias sociais. Ela enfatiza que nunca se deve deixar de discutir o racismo.

**Cintia** comenta que se lembra de uma fala de uma gestora do Ministério da Segurança Pública, onde ela trabalha na área de monitoramento e avaliação. Ela sente falta da interseccionalidade e da questão racial dentro dos bancos de dados que eles acessam. A polícia é a ponta do processo que começa na política pública de segurança do país. É preciso transformá-la em um instrumento de possibilidade, mudança e criação de políticas públicas, fazendo com que os corpos negros deixem de ser perseguidos e considerados perigosos. É necessário ter cautela nesse sentido, sem deixar que essas políticas racistas sejam distorcidas, materializando-se na forma como a polícia age nas ruas, como em casos de balas perdidas que “acham” um corpo.

**Marcelle Pernet** pergunta se mais alguém deseja se manifestar, pois continuará com a síntese e logo após haverá a liberação para o almoço.

**Síntese  
Marcelle Pernet** sugere fazer a síntese do que foi discutido, começando de trás para frente, já que os post-its foram colocados de forma inversa no quadro. Elaine lê os post-its em voz alta. Os registros foram os seguintes:

**4 – Como ser inclusivo**

* Diversificação dos meios de comunicação: impressos, rádio, TV, comunitária, acessibilidade física e digital.
* Incluir os usuários que necessitam de acessibilidade na construção do que é necessário para garantir o acesso; material informativo impresso (folders, cartazes...).
* Aproximação com o observatório de territórios da periferia.
* Áudio descrição e LIBRAS.
* Evitar linguagem acadêmica (se necessário, traduzir).
* Produzir material impresso. Ter nas unidades de saúde um totem para acesso e tablets com as informações.
* Criar boletins e equipes itinerantes para divulgação dos dados.
* Produzir vídeos documentários curtos para comunidades.

**3 – Frequência**

* A frequência dependerá do delineamento do próprio observatório, dos dados e do que será disponibilizado.
* Atualizações mensais, trimestrais, eventos especiais e informações em tempo real.
* Dados epidemiológicos devem ser atualizados anualmente.
* Outros materiais e notícias devem ser atualizados mensalmente.
* Pensar em prazos diferentes para cada tipo de informação (dados, portarias, normativas, eventos, capacitação).
* A proposta do observatório influenciará as informações e, consequentemente, a frequência.

**2 – Temas**

* Racismo, violências, acesso e participação popular negra.
* Acesso às políticas públicas, mercado de trabalho e condições de vida e trabalho.
* Inserir municípios na construção, diálogo e implementação do observatório para efetivar a política nacional de saúde da população negra.
* Justiça reprodutiva como tema internacional para todas as áreas do observatório.
* Doenças prevalentes relacionadas a raça e racismo.
* Garantir canais de comunicação para a sociedade.
* Equidade em saúde, segurança alimentar e nutricional.
* Povos de terreiros, trazendo uma visão positiva sobre as tradições religiosas.
* Doenças negligenciadas.
* Racismo cultural, segurança alimentar, violência obstétrica, doença falciforme, povos de terreiros, medicina popular e racismo ambiental.
* Crise climática, mundo do trabalho, geração de renda e oportunidades de trabalho, felicidade e diversidade.
* Direitos sexuais e reprodutivos, povos tradicionais de matriz, cultura e tradição.
* Acesso aos serviços de saúde mental, diversidade cultural e identidade, e populações vulneráveis.
* Educação e conscientização, com participação da comunidade.
* Reunir e sistematizar as boas práticas exitosas para traçar caminhos diferentes com estratégias e ações antirracistas na saúde.

**1 – Públicos**

* Mulheres negras, população LGBTQI+, população quilombola e juventudes negras.
* Respeitando o princípio da equidade, deve-se considerar toda a população.
* Principalmente ouvir a população em situação de vulnerabilidade.
* Sociedade, movimentos negros, gestores, trabalhadores da saúde e todos os tipos de mídia.
* População negra, povos de terreiro, povos da floresta, mulheres negras, população quilombola, população em situação de rua, população LGBTQI+ e pessoas com deficiência.
* Todas as pessoas envolvidas na gestão, complementação e monitoramento.
* Movimentos sociais e sociedade civil.
* Gestores, trabalhadores, pesquisadores, estudantes, lideranças populares e conselheiros, incluindo idosos.

**Marly** relembra o seminário anterior sobre observatórios de saúde da população negra nos territórios da periferia. Ela deseja considerar uma aproximação maior como observatório de territórios periféricos. Quando essa observação é feita levando em conta os territórios periféricos, a dificuldade de acesso se apresenta como uma grande barreira. Poderia haver uma potencialização na integração desses observatórios. Eles exploraram muito mais os meios de comunicação e produção dentro das comunidades, o que é muito diferente de discutir a produção de forma geral. Nesse sentido, é necessário identificar meios que promovam maior integração, seja com este observatório ou com os movimentos dos territórios periféricos.

Os convidados foram incentivados a responder à pesquisa por meio do QR code exibido no telão. Como ainda há meia hora até o almoço, **Marcelle Pernet** sugere adiantar as tarefas da tarde para que todos sejam liberados mais cedo.

| Data: | 17 de outubro de 2024 |
| --- | --- |
| Local: | Windsor Guanabara Hotel - Centro, Rio de Janeiro-RJ |
| Sala: | Plenária |
| Grupo de Trabalho (GT): | 1. Teresa de Benguela |
| Horário de início: | 12h26 |
| Horário de término: | 15h40 |
| Quantidade de presentes: | 21 pessoas + técnicos |
| Nomes: | Natália Belém e Frieda Foit |

**Dinâmica 2**

As atividades da parte vespertina foram planejadas a partir da resposta a outras cinco perguntas, as quais são:

1. Que estratégias o observatório poderia considerar para buscar influenciar a tomada de decisões de gestores públicos de saúde?
2. Como o observatório pode incluir e compartilhar as contribuições de diferentes grupos sociais envolvidos na SPN (movimentos sociais, pesquisadores, usuários, gestores, profissionais de saúde)?
3. Como o observatório pode potencializar as ações dos movimentos sociais?
4. Como o observatório pode inovar nas formas de comunicar para chegar aos mais diferentes públicos que atuam com a PN?
5. Como o observatório pode inovar e interagir diretamente com a população negra?

Que estratégias o observatório poderia considerar para buscar influenciar a tomada de decisões de gestores públicos de saúde?

**Francyne** começou falando sobre financiamento, que considera o aspecto mais importante para a política. Sem ele, não é possível planejar nada. A pergunta é: por onde se consegue esse financiamento?  
**Pai Celso** concorda com a política de financiamento, mas, na outra ponta (alegando ser “chato”), ele acredita que é preciso seguir a linha do constrangimento. Em sua experiência de gestão, o que mais deixava os secretários nervosos eram os dados ruins da empresa. Nenhum secretário gostaria de ser marcado na folha de São Paulo como racista, nem tampouco como alguém que não contribui para a mortalidade materna em seu estado. Quem se comprometerá nos próximos dez minutos? Além do financiamento, é necessário influenciar a tomada de decisões dos gestores com base nos dados ruins, publicando esses dados. “Se tiver um nome mais bonito, depois **Marcus Vinicius** ajudará a gente a pensar”, ri. A palavra do post-it dele é “constrangimento”. O racismo institucional é um fracasso do Estado e não da secretaria.

**Marcus Vinicius** corrobora o que **Pai Celso** disse: “Não precisa, mas faço das palavras dele as minhas. Penso que precisamos ter um mapeamento de stakeholders para que, antes mesmo de divulgar um dado ou uma informação, possamos conversar com essa rede para que esse dado circule. É a política do constrangimento. É lindo na lei do SUS. A prática é nojenta; é a política. Quero sugerir um mapa de pessoas estratégicas que estão em lugares estratégicos para enviar mensagens, entrar em contato, fazer incidência, e, depois, soltar a bomba. A informação não fará um movimento político por si só. Precisamos mapear quem são os influenciadores digitais de cada cidade para realizar uma conversa, fazer um mapeamento e colocar essas pessoas como parceiras. Cobranças são feitas apenas aos parlamentares, mas quem toma decisões são os assessores deles. Não teremos uma estratégia efetiva sem fazer isso. O mapeamento das pessoas-chave, tomadoras de decisões, poderia ser uma estratégia de comunicação do observatório”, comenta.

**Pétala** afirma que a principal estratégia será a mobilização popular, dos movimentos sociais, para aqueles que não conseguem acessar esse Estado. Tudo o que for feito deve ser com o povo à frente.  
**Zenó** concorda com **Pétala** e cita que existem no Brasil 70 associações para doenças falciformes e uma federação. Mesmo quando a decisão é política e a luta é histórica, há um ano não foi feito nada. Não se notifica em lugar nenhum sobre essas associações, o que é racismo institucional. Entre todas as doenças prevalentes da população negra, a doença falciforme é a de maior incidência, e as pessoas não têm acesso aos serviços de saúde. Elas são tratadas como viciados sem morfina porque não acreditam em seus relatos de dor. Essa também está dentro das doenças crônicas.

**André** menciona que já havia falado sobre a possibilidade de o observatório ter fóruns de debate, que podem ser um espaço para discutir barreiras ou obstáculos à melhoria da vida da população negra. Ele também acredita que o observatório poderia ter um perfil no Instagram ou no X (antigo Twitter) para mapear, por meio da internet, sugestões de projetos. O observatório também pode ajudar em uma mobilização social para que essas lideranças, conselheiros e entidades da sociedade civil incidam publicamente nos conselhos, na gestão dos comitês e até mesmo nos parlamentares. Ele registrou no post-it “fóruns de debate”, “mobilização social” e “nuvem de palavras”.

**Diana** sugere um modelo que lista empresas autuadas por trabalho escravo, as quais ficam disponíveis para verificação. Isso acaba impactando a compra consciente. Ela convida à criação de uma estratégia semelhante, onde os gestores que não implementaram as políticas sejam visibilizados, envergonhando-os ao mostrar quem está ou não fazendo.

**Marly** comenta que é preciso ver o espaço do observatório também como um espaço de denúncia. Ela acredita que deveria trabalhar a denúncia como solução ou não-solução. Aquilo que foi colocado como tal e que foi resolvido a partir da denúncia, funcionou? Não funcionou? Conseguiu mudar a realidade? Pode ser um fórum de discussão com as pessoas que podem trazer já quem irá participar. Mudanças estão acontecendo.

**Pai Celso** expressa sua concordância com a **Prof. Marly** (“quero grudar nela”) no que se refere à mudança da prática. Em sua experiência, ele via a coleta de dados como uma ação muito pontual naquela realidade. No máximo, virava boletim epidemiológico. Nem sempre paravam para fazer análise dos próprios dados. Isso é um problema do gestor. Está-se discutindo o perfil de quem usará aquela unidade. A unidade precisa olhar seus próprios dados, e alguém deve devolver essa análise para que a unidade olhe para si. Ele não fala em nome dos terreiros do Brasil, mas, nos movimentos sociais, a liderança tem uma ação pontual. Não temos pesquisadores voltados para os espaços sagrados das pessoas. Precisamos de uma mudança de comportamento entre todos para, de fato, influenciar a tomada de decisões. O boletim epidemiológico não ajuda a dona Maria em nada, porque ela não domina aquela linguagem. A porta de entrada de muita gente é a UPA, o Pronto Socorro. Dona Maria não sabe qual é a porta de entrada, pois a informação não está no poste nem na parede. A UPA está aberta apenas um domingo à tarde. Ele pensa na ideia de um “observatório vivo”, que deve ser tão dinâmico que gere notícias diárias. Destaque do dia e notícias do dia, especialmente em casos de emergência. A tomada de decisão, nem a ideia de diagnóstico e financiamento, nem o constrangimento, deve passar por outras narrativas. Existem muitas donas Marias que não sabem qual é a porta de entrada do Ministério da Saúde, e as poucas que sabem, muitas vezes encontram a porta quebrada. Não podemos olhar apenas para as capitais.

**Cintia** reflete que, nessa linha de constrangimento e na articulação com a pergunta anterior sobre os órgãos de controle (pois há dois anos acompanha alguns processos e ações civis), não verificou a presença de nenhum questionamento sobre a saúde da população negra. “Precisamos observar tudo o que pode criar estratégias para oferecer informações que esses órgãos de controle possam considerar em nossas prerrogativas e ajudar nesse processo de estímulo aos tomadores de decisão. A presença da Fiocruz é quão importante para isso”, expõe.

**Marly** quer abordar duas questões: a primeira refere-se à necessidade de educar mais sobre o uso da ouvidoria. Embora pareça que não funciona, de fato funciona. O gestor tem tempo para responder. Pelo pouco que conhece e observou, o que **Cintia** trouxe é algo que vemos muito pouco: denúncias relacionadas à saúde da população negra. Quem usa a ouvidoria? Geralmente, a pessoa mais escolarizada, mais envolvida de alguma forma com direitos, ou seja, alguém mais orientado. A pessoa que mais sofre violações não é quem está no cotidiano do SUS, onde muitas vezes a porta se fecha na sua cara. Precisamos de um espaço que ofereça mais orientação sobre o uso da ouvidoria. A segunda questão que gostaria de discutir envolve um outro projeto que coordena, que tem uma interface com a gestão municipal. Qual é o papel da academia quando “a coisa pega”? Ela conta uma anedota sobre como se posicionou na UPA porque os pacientes não estavam recebendo comida. Influenciar a tomada de decisão tem a ver com o ponto anterior sobre a necessidade de letramento dos gestores. Muitas vezes, essas situações passam despercebidas, pois o que mais afeta a quem está em situação de vulnerabilidade não é necessariamente de interesse do gestor. Se não chamarmos a atenção para essa necessidade, eles não se sensibilizarão sozinhos. Há um papel fundamental do observatório como espaço de denúncia, mas também a capacidade de se organizar para interferir diretamente. É preciso trazer mais sensibilização e uma “chacoalhada” para gestores com capacidade técnica de lidar com as questões prioritárias.

**Marcelle Pernet** convida os presentes a irem almoçar e planeja a volta para as 14h.  
*A volta do almoço ocorreu às 14h40.*

Como o observatório pode incluir e compartilhar as contribuições de diferentes grupos sociais envolvidos na SPN (movimentos sociais, pesquisadores, usuários, gestores, profissionais de saúde)?

**André** alega que as colaborações são uma parceria de mão dupla com as organizações e as redes. Há várias convergências ou confederações que reúnem diversas outras organizações, trazendo informações para alimentar o observatório, mas também colaborando com o que se considerar necessário e importante ser divulgado e fortalecido.

**Roseane** complementa, afirmando que é preciso de uma estrutura que permita o diálogo e a troca de informações. Em relação ao compartilhamento de informações, pensa em um portal de internet onde, na janela principal, haja um setor de “espaços para movimentos sociais”, com a agenda dos movimentos. Pode haver uma seção para gestores, contendo livros e emendas, que seja fácil e intuitiva. Relata a experiência que teve com o sistema de informações de atenção primária ao tentar acessar como profissional da saúde, mencionando que “levou uma surra” (referindo-se à dificuldade de acesso às informações). O observatório precisa ser prático, e a parte de informática deve ser intuitiva e funcional.

**Elaine** lembra que há associações que têm aulas organizadas e separadas por categorias, e que já possuem as aulas prontas.

**Thiago** (relator gráfico) sugere também a criação de um aplicativo para quem tem mais dificuldade de acessar os portais de internet.

**Marcelle Pernet** sugere passar à próxima pergunta.

Como o observatório pode potencializar as ações dos movimentos sociais?

**Diana** expressa sua preocupação com a segurança alimentar. Conta que está desenvolvendo um projeto com movimentos sociais e outras entidades para garantir a segurança alimentar e fornece links para que outras pessoas tenham referências, caso a segurança alimentar também seja uma preocupação para elas.

**Pétala** continua, expressando que os movimentos sociais se auto financiam por meio de suas lutas e do próprio povo. Colaborar para que eles possam desenvolver mais ferramentas de auto sustentabilidade seria uma boa ideia de integração. Ressalta a importância de construir políticas públicas junto à não criminalização dos movimentos sociais.

**Roseane** complementa o que já foi falado, pensando na potencialização por meio da divulgação do próprio movimento e do que ele faz, o que é muito importante. “Precisamos da demanda. Ser um portal que reúna informações e amplie a voz desses movimentos. Essa pauta está pronta para acontecer neste observatório. É fundamental manter diálogos constantes com esses movimentos, sem esquecer das instituições”, comenta.

**Marcus Vinicius** explica que as pessoas não sabem o que acontece no MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), especialmente dentro de um movimento de ocupação de casas. Relata uma anedota de uma conversa que teve com um motorista de Uber sobre o MST, onde percebeu que o motorista não tinha muita noção das reais ações que o partido articula, em São Paulo. As pessoas precisam retomar o movimento que existia e se perdeu. Hoje, a narrativa positiva precisa ser reconstruída para dialogar com a população. “O observatório será um lugar de potencialidades. Precisamos reatar laços com alguns movimentos sociais. Existem pessoas aqui que nunca saíram deles. Precisamos que o MST, além de discutir a reforma agrária, também racialize essa discussão. Não se trata apenas de classe, e quem explica isso somos nós. Essa é a narrativa que precisamos criar”, reflete.

**Sarah** pergunta a **André** se ele gostaria de falar e dar sua opinião.

**André**, então, comenta que o observatório pode criar um espaço de diálogo permanente com algumas redes já existentes, como outras instituições, para que isso se torne uma medida de visibilidade relacionada às pautas, seja como informação ou proposta de mobilização social.

**Sarah** procede a ler em voz alta a seguinte pergunta.

Como o observatório pode inovar nas formas de comunicar para chegar aos mais diferentes públicos que atuam com a PN?

**Cláudia** menciona que os temas estão se repetindo. Já se falou sobre material informativo, panfletagem, rádios regionais e comunidades. Também pela informática (como, por exemplo, aplicativos). Essas são formas de engajamento da comunidade. Há pessoas que não têm acesso à internet ou que possuem celular, mas não sabem usar o WhatsApp.

**Roseane** comenta que para esse observatório é essencial mapear os territórios, identificar as dificuldades de comunicação e as possibilidades, e a partir disso, colocar os planos em prática. Sugere a formação de um comitê. É necessário ter um grupo ou alguém da área de geografia responsável por realizar tal mapeamento. Para cada território, deve-se verificar se o jornal chega impresso, como chegam as informações, e, se não for possível chegar impresso, se pode ser digital. Se o adolescente tiver celular, é um indício para investir em um aplicativo. É importante estar presente no cotidiano do território. Quais são os territórios e as barreiras?

**Sara** sugere que o mapeamento seja feito de forma dinâmica. Como seria essa linguagem? O letramento deve ser realizado de maneira mais ampla, com a linguagem adequada ao público-alvo.

**Diana** acha que é um desafio grande e não sabe responder, pois a pergunta já foi feita. Já houve uma perspectiva de inovação nas falas do grupo. “Como chegamos até a dona Maria? Sem internet, sem saber ler, sem conhecer o acesso ao serviço de saúde. Ao abordar isso, teremos inovado. Isso nunca foi feito, embora já tenhamos tentado muitas vezes. Não conseguimos abranger o Brasil como um todo”, afirma.

**Milena** acha difícil não repetir. Reflete sobre o que **Diana** disse e concorda com a necessidade de um grande mapeamento. Considera que cada território tem um perfil específico. Entende que a mensagem chega à comunidade dependendo da forma como é recebida.

**Roseane** lembra que, na véspera, os avisos e recados do padre nas igrejas têm peso. O que o padre diz faz parte dos diálogos sensíveis.

**Diana** responde que conseguir parcerias com padres, pastores e pais de santo dos terreiros seria muito útil, pois as falas desses representantes religiosos têm autoridade e influência nos grupos aos quais o observatório deseja alcançar.

**Marcus Vinicius** propõe adotar algumas ideias e implementá-las no observatório. Relata que em um lugar de consultoria onde trabalhou, escolhiam um digital influencer, ofereciam um curso de capacitação e depois um selo. Seria possível criar um selo que reconhecesse publicamente pessoas que produzem esse tipo de conteúdo? Goste quem gostar, ser influencer hoje é uma profissão e, como tal, existem bons e maus profissionais. Muitas pessoas falam sobre racismo porque se tornou uma moda, mas nem todos estão preparados. Com o selo, seria possível respaldar o que os influencers articulam publicamente sobre esses temas. **Marcus Vinicius** menciona que seu pai é pastor evangélico e petista. Há uma disputa no campo religioso e no campo partidário. Existem brigas que não pertencem ao povo negro e que não é necessário “comprar”. Essas disputas estão no campo partidário. O racismo transcende os partidos e, por exemplo, uma pessoa como seu pai abordaria o tema do racismo na igreja.

**Anthony** ressalta que as faixas etárias também devem ser consideradas na hora de transmitir uma mensagem.

**Sarah** procede à leitura da próxima pergunta.



Como o observatório pode inovar e interagir diretamente com a população negra?

**Cláudia** responde que a inovação deve acontecer “onde o povo está”. Na sala de espera das unidades de saúde, ela sugere a colocação de material informativo visual. Enquanto as pessoas aguardam seus atendimentos, ela fala sobre o que a unidade tem a oferecer. Se ela não falar, o profissional também não o fará. Um braço da comunicação são os agentes comunitários de saúde.

**Marcus Vinicius** expressa felicidade ao ouvir experiências positivas com os agentes comunitários de saúde, ressaltando que eles são o maior braço trabalhador do SUS e a maior força de trabalho preta. Ele gostaria de trabalhar com esses agentes, pois eles conhecem a demanda. Há duas entradas: pela educação permanente e pela raça.

**Diana** comenta sobre a importância do papel dos agentes. Considera que a estratégia da sala de espera tem muito potencial. Traz a experiência que teve na UFRB, onde na graduação há um componente que é um eixo transversal, que começa no primeiro semestre e vai até o sexto. É um componente prático, onde a turma é vinculada a uma comunidade e realiza atividades denominadas “princípio de intervenção”, embora ela considere que não seja exatamente uma intervenção. O principal problema que enfrentou nessa prática é que as pessoas começavam, mas não davam continuidade. A unidade estava prestes a ser fechada caso não alcançasse as metas estabelecidas. Foi construída uma discussão sobre o financiamento para essa unidade de saúde. Ela realizou a ação e hoje a unidade é a que tem o maior número de atendimentos da região, chegando a contratar mais pessoal. As salas de espera são um espaço potente se for estabelecida uma comunicação efetiva, horizontal e metódica.

**Cláudia** reafirma a importância dos agentes comunitários de saúde, que desempenham um papel crucial em levar e trazer informações.

**Marly** destaca que há um espaço que considera importante: as assessorias de comunicação da Secretaria Municipal de Saúde. “Trabalhamos muito com comunicação voltada para a redução de estigmas e discriminação. Às vezes, ajudamos as secretarias a responder questões da ouvidoria. Surgem questões muito sérias. Falo isso porque considero que é um espaço potente. A comunicação com o município é o que subsidia. Ou eles aderem àquela proposta ou não vai. O que chega passa pelo crivo da comunicação. Outro ponto é que um profissional de saúde tem grande impacto no que comunica aos usuários. Muitos profissionais nunca ouviram nada sobre políticas de saúde da população negra. De que maneira o observatório pode ajudar a direcionar a forma de comunicar? Quero chamar a atenção dos profissionais, pois eles interagem com muitos usuários e usuárias”, narra.

**Milene** considera que o observatório pode contribuir com um curso de seis meses de formação profissional sobre saúde e outras políticas públicas em Porto Alegre, intitulado “Promotores de Saúde da População Negra”. A grande maioria desses promotores já atua há mais de dez anos. Os agentes comunitários são essenciais nesse processo. O grande problema em Porto Alegre atualmente é a terceirização e os layoffs (demissões em massa). Os observatórios podem observar essa experiência.

**Marcelle Pernet** informa que a entrega da matriz conceitual e estrutural do observatório de saúde da população negra ficará como dever de casa devido ao horário.

As ideias dos post-its das perguntas pensadas para a atividade da tarde são:

* Estratégias para influenciar gestores
* Articulação, diálogo, gestão e outras instituições para financiamento
* Não se faz política sem financiamento
* Fóruns de debates, nuvem de palavras, mobilização social
* Pesquisas e estudos de caso
* Escuta qualificada, respeito às especificidades de cada doença prevalente da população negra
* Encontros de gestores para compartilhamento de demandas e experiências exitosas através dos dados observatórios
* Servir como canal de denúncia, mas verificar se houve mudança de comportamento
* Dados divulgados (constrangimentos) através de dados negativos, para cobrança
* Exposição e destaque dos piores dados epidemiológicos junto aos veículos de comunicação e imprensa
* Espaço de ouvidoria, denúncia relacionado à SPN
* Buscar financiamento próprio (a nível do estado/município)
* Mapeamento de stakeholders locais, nacionais e estaduais para dialogar sobre os dados
* Incluir e compartilhar grupos sociais
* Identidade visual do site de fácil manipulação, com espaço para movimentos sociais e canal de perguntas
* Identidade, visibilidade com acesso, na linguagem adequada para o público, por exemplo, uma linguagem mais acessível para todos
* Informação audiovisual
* Agenda de movimentos sociais
* Estruturação participativa, oficinas de encontro
* Fortalecer a visibilidade através de dados
* Espaços de diálogo, fórum de debates

**Potencializar as ações dos movimentos sociais**

* Possibilidade de divulgação das ações que estão sendo executadas, que dizem respeito aos dados apresentados
* Não criminalizar os movimentos sociais (eles existem)
* Visibilidade dos movimentos sociais e resolução de problemas
* Divulgar os movimentos sociais, sendo um portal de ampliação da voz dos movimentos
* Construir uma narrativa sobre as ações positivas realizadas pelos movimentos sociais (conheça o MST)
* Diálogo permanente, redes agregam outras instituições

**Inovar nas formas de comunicação**

* Rádio local, educadores sociais, audiovisual, aplicativo, redes sociais
* Materiais informativos, aplicativo, podcast, rádio comunitária, divulgação nas ruas, reuniões, capacitação
* Comunicação com linguagem acessível, específica para cada público
* Mapear o território para identificar barreiras e possibilidades de transmissão
* Selo de equidade para influencers, programas de podcast que utilizem os dados e materiais do observatório
* Ter formas de comunicação adequadas por faixa etária e região
* Fazer diálogos em sala de espera
* Levar a discussão por meio das ACS e das instituições religiosas
* Utilizar termos que são comuns a grupos sensíveis e evangélicos

**Inovar e interagir diretamente com a população negra**

* ACS / ACE
* Potência pura
* Educação permanente com ACE, trabalho
* Educação popular em saúde